

CONTRIBUIÇÕES AO CONGRESSO DO SINDIPETRO-RJ

Esta tese é uma construção coletiva de diversos petroleiros independentes e dos militantes do Movimento Nossa Classe, composto pelo MRT e impulsionadores do Esquerda Diário.

Com esta tese queremos contribuir para que os petroleiros organizem sua luta à altura dos desafios presentes e para que tomemos em nossas mãos a luta pelo nosso futuro.

A empresa e nossos direitos estiveram em xeque nos últimos governos. Não obstante as mudanças com a nova gestão, os novos GTs com os sindicatos e mudança parcial do PPI, para enfrentar todos os interesses capitalistas e da extrema-direita que seguem incrustados na empresa e no governo, com privatizações que seguem acontecendo (Norte Capixaba, Sergipe, RN, metrô BH), com novas medidas neoliberais que estão sendo implementadas como o Arcabouço Fiscal e medidas de ataque aos direitos dos povos indígenas e de preservação do meio-ambiente, precisamos nos organizar de forma independente do governo Lula.

Precisamos lutar por um sindicato e, para que a FNP defenda a independência perante o governo Lula e exija de outros sindicatos, da FUP, centrais sindicais uma verdadeira unidade, uma que sirva pra lutar de fato, apoiando os processos de luta que aconteçam na empresa e fora dela. Lutar contra as privatizações que seguem acontecendo e contra medidas neoliberais que vieram dos governos anteriores, e também de novos ataques que estão acontecendo no governo Lula-Alckmin. Lutamos por um sindicato que se pautar pela organização de base, promovendo a organização da base da categoria e articulando-se com outros setores que defendam a independência de classe para juntos pressionar as grandes centrais à lutas concretas rompendo sua paralisia diante de governos e empresários.

Através da conciliação com a direita, nossas bandeiras são aos poucos jogadas no lixo e deixadas de lado. Vejamos o exemplo da Reforma Trabalhista: durante a campanha eleitoral milhões de trabalhadores queriam a revogação dessa medida escravista de Temer. Aos poucos as maiores centrais sindicais foram abandonando essa bandeira por uma que fosse mais aceitável a direitistas da laia de Tebet e Alckmin para falar em “revogar partes” da reforma, e, depois se transformou em “revogar a parte regressiva”. Agora até mesmo essa pauta limitada foi engavetada. De revogação da reforma da previdência nem mais falam. Não podemos permitir que nossas bandeiras sejam escanteadas, desacreditadas ou engavetadas para agradar a uma suposta conciliação.

Já vimos esse filme antes: sem levantar nossas reivindicações, sem organizar nossa luta independente, quem se fortalece é a direita e seus interesses privatistas e reacionários. A desculpa dada pelo governo e por Prates para continuar entregando bilhões aos acionistas (R\$24,65bi no primeiro trimestre) e para continuar as privatizações é que elas já estavam assinadas. Mas qual é a desculpa para os sindicatos não organizarem a luta para enfrentar essa situação? Nenhuma, a não ser abandonar nossas bandeiras em prol do que é aceitável à conciliação. Esses exemplos reafirmam nossa necessidade de um movimento independente ao governo Lula-Alckmin por parte de nós trabalhadores.

Queremos manter nossas bandeiras históricas levantadas, construir novas, e organizar um movimento de base, democrático, classista a altura desse desafio.

Não consideramos nossa tese “completa” abordando todos temas necessários, mas trazemos essas considerações e as seguintes reivindicações:

1 - Igualdade de direitos da holding com as subsidiárias, como Transpetro e P BIO, TBG e todas demais empresas do sistema, garantindo que todos os direitos, mesmo para aqueles que lutamos pela sua extinção sejam idênticos enquanto existam. Igualdade de direitos mesmo em cláusulas que lutamos para extinguir, como o PPP ou realocação na holding, no lugar de residência e regime de trabalho de escolha do funcionário, e com treinamento, de pessoal que tenha sido objeto de locais privatizados ou hibernados.

Ou seja, igualdade de acordo coletivo, de PLR, de PPP e de todo e qualquer direito. Essa igualdade de direitos se conecta com a luta pela incorporação das subsidiárias à holding.

2 - Lutamos pelo fim do discriminatório PPP, pela PLR máxima e igual para todos, bem como por retomar uma luta histórica que é pela extinção da PLR que vincula nossos rendimentos aos rendimentos dos capitalistas, lutando pela incorporação dos valores aos salários, impactando no FGTS e aposentadorias.

3 - Lutamos pelo fim de todas privatizações, pela retomada - sem indenização já que foram privatizações abusivas - de tudo que foi privatizado nos governos Dilma 2, Temer e Bolsonaro, e por uma Petrobras que seja 100% estatal, do poço ao posto, e que não seja um instrumento de indicados políticos do centrão, lutando para que ela seja administrada democraticamente pelos trabalhadores junto com técnicos e especialistas eleitos nas universidades para que o controle da maior empresa do país seja democrático e a serviço de uma nova relação com o meio ambiente, com as pessoas, com segurança operacional e que todas as riquezas estejam à serviço da população e do desenvolvimento de novas tecnologias seguras e menos poluentes.

4 - Fim dos abusivos descontos na Petros, fim dos PEDs, fim dos abusivos bônus aos diretores e pela gestão integralmente pelos trabalhadores na Petros.

5 - Fim do banco de horas determinado pela empresa. Todas as horas extras devem ser remuneradas em 100%, abono dos dias de emenda de feriado emendados pela empresa. Nenhum banco de hora pode ser definido unilateralmente pela empresa ou por limite de gastos, toda hora realizada deve ser computada 100% tal como hora extra.

6 - Igualdade de direitos dos embarcados em todas UNs, com direito a transporte de sua região de moradia e hospedagem antes e depois dos embarques, pagamento das passagens em caso de atraso por parte da empresa, independentemente da motivação que levou a empresa ao atraso.

7 - Regulamentar em Acordo Coletivo todas medidas que sejam favoráveis à proteção dos trabalhadores que foram cortadas e alteradas no governo Bolsonaro, tais como as NR 1, 5, 7, 9, 18, 37.

8 - Pleno acesso das CIPAs e sindicatos à informação relativa à investigação de todos tipos de acidentes e incidentes com alto potencial de dano humano ou material.

9 - Exigir da empresa uma reunião anual, organizada pelos sindicatos de todos trabalhadores eleitos para as CIPAs, seja em âmbito local, regional ou nacional.

10 - Fim da discriminação dos terceirizados. A terceirização é a porta de entrada para o trabalho análogo à escravidão, serve para quebrar nosso movimento reivindicatório e serve para precarizar o trabalho de todos, inclusive dos próprios. Por isso defendemos em primeiro lugar o imediato retorno do “fundo garantidor” ao Acordo Coletivo Petroleiro, para responsabilizar a Petrobras pelas contratadas e seus salários e obrigações trabalhistas; defendemos também a igualdade de direitos em todos contratos perante o ACT petroleiro, por exemplo: não é tolerável

que lado a lado, uma pessoa trabalhe 40hs semanais e outra 44hs, ou uma desembarque por 21 dias e outra por 14, etc.

Nessa luta pelo fim da terceirização, os terceirizados devem ser parte, nossa luta não é contra eles, mas com eles e para isso parte dos membros desta tese definem que todos sejam funcionários da Petrobras e sua incorporação sem concurso pois já executam o trabalho.

11 - Lutar pela recomposição do efetivo da empresa, impactado pelas aposentadorias e PIDVs sem recomposição, e também por novas atividades que exigem mais pessoal. Realizar essa recomposição através de novos concursos.

12 - Exigir fim do treinamento relâmpago de contingências, essa medida além de anti-sindical é um atentado à segurança operacional. Todo treinamento, inclusive de contingência, deve seguir padrões normais de segurança.

13 - Adicional de apropriação/sala de cálculo: os trabalhadores que executam esse trabalho sofrem jornadas de trabalho diferenciadas em relação ao administrativo, com sobreaviso quase ininterrupto, prazos definidos por entidades governamentais e sofrem danos físicos e psicológicos pelo trabalho sob pressão constante e sem horário completamente definido.

14 - Retorno do auxílio universitário e outros direitos retirados nos últimos acordos coletivos.

15 - Retorno à AMS e seja 100% subsidiado, com no mínimo o retorno dos descontos de co-participação praticados antes dos aumentos de porcentagem determinados nos últimos acordos coletivos, garantia de AMS a todos dependentes, incluindo aqueles de guarda legal.

16 - Lutar para que no acordo coletivo conste a ultratividade do próximo acordo coletivo, superando o entrave imposto pela Reforma Trabalhista e a que as empresas usam para chantagear os trabalhadores.

17 - Denunciar a inocuidade das medidas da empresa contra o machismo e racismo e outras discriminações. Não é com "mentorias" e uma carta da diretoria que se enfrenta o que está enraizado na empresa. Apoiar as medidas votadas pelo Congresso de mulheres da FUP-FNP e lutar para que as bancadas eleitas da CIPA controlem os processos não somente da recepção das denúncias, mas que tenham espaço para promover debates e outras medidas de esclarecimento no dia a dia.

18 - Denunciar que a empresa segue seu autoritarismo decidindo de forma unilateral e sem negociação ou sem ouvir os trabalhadores sobre diversos temas, entre eles o teletrabalho que no mínimo deveria passar por ter a determinação dos dias em base mensal e não semanal.

19 - Lutar por um sindicato e, para que a FNP defenda a independência perante o governo Lula, que exija de outros sindicatos, da FUP e centrais sindicais uma verdadeira unidade, para lutar de fato, e apoiar para que os processos de luta que aconteçam. Um sindicato que se paute pela organização de base, promovendo a organização da base da categoria e articulando-se com outros setores que defendem a independência de classe para juntos exigirem das grandes centrais medidas de luta.

Delegados que assinam:

Transpetro: Leandro Lanfredi, Vinicius Araujo, Leandro Alexandre, Alexandre Maciel, Amaro Monteiro

Petrobrás: Kelber Costa

PBIO: Marcelo Lopes de Souza

Outros petroleiros que apoiam a tese: Roberto Resende, Marcus Vinicius Baptista, Rafael Prestes, Elisdenia Freitas Araujo, Renato Espíndola, Rogério Inácio, Marcus Bezerra, Tatiana Pereira Leite, Wesley Garcia Soares